

**Comissão de Defesa do Consumidor,
Direitos Humanos e Segurança Urbana –
CEDECONDH**



Alvoní
Medina



Adeli
Sell



Biga
Pereira



Cláudio
Conceição



Fernanda
Barth



Pedro
Ruas



026ª CEDECONDH 13AGO2024

Pauta: “Sobre o retorno da reunião realizada anteriormente nesta Comissão, e para tratarmos de alterações na legislação municipal para que determinadas entidades, como o Lar Santa Rita de Cássia, recebam auxílio por parte da Saúde.”

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): (14h17min) Boa tarde a todos. Vamos dar início a mais uma reunião da CEDECONDH, hoje com a pauta que a Ver.^a Fernanda Barth propôs. Infelizmente ela não vai estar conosco pois está com problemas de saúde. Vamos dar início, com a presença do Ver. Adeli Sell, nosso vice-presidente; da Ver.^a Biga Pereira; e da Ver.^a Comandante Nádia. Hoje vamos tratar sobre alterações na legislação municipal para que determinadas entidades, como o Lar Santa Rita de Cássia, recebam auxílios por parte da Saúde. Chamamos, então, os representantes das entidades, o Emerson e o João Alberto, do Lar Santo Antônio dos Excepcionais. Por favor, tanto à direita como à esquerda, podem vir para cá os dois. Do Lar Santa Rita de Cássia, o Jefferson pode vir aqui para direita, para dividir. A Clésia, da Secretaria Municipal de Saúde, aqui à nossa esquerda, por favor. A Dra. Paula Carvalho,

procuradora chefe da Procuradoria-Geral do Município, por gentileza. Sejam todos bem-vindos.

Geralmente, quando a gente tem uma pauta de um vereador, nós passamos para o vereador proponente dar continuidade à reunião, mas, como hoje a Fernanda não está, nós vamos nos dividirmos aqui. Cada um faz uma fala, faz uma observação e fala em relação à situação do que nós podemos ou em que a comissão pode ser útil neste momento e buscar realmente alternativas que sejam necessárias e fundamentais para que os pedidos sejam atendidos. Então, já passo para o Jeferson, pode ser?

VEREADOR ADELI SELL (PT): Já houve a demanda das partes. Talvez fosse interessante a Prefeitura falar e, em seguida, ouvir as partes para a gente poder ter esse diálogo, senão vai se repetir o que nós já sabemos. Pode ser?

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Se as entidades concordam, então, Clésia, por favor.

SRA. CLÉSIA MICAEL ZIEMANN: Boa tarde a todos, cumprimento cordialmente a Mesa. Sou enfermeira de formação, estou representando a Secretaria de Saúde, na Área Técnica da Pessoa com Deficiência. Atuo também na Área Técnica de Saúde da Pessoa Idosa. O que já temos de experiências quanto à Casa Lar Santa Rita de Cássia, também em casos de ILPIs, que são instituições de moradia, residência, assistidos pela política de assistência social. Porém, alguns residentes necessitam de cuidados de saúde, ou utilizam equipamentos, ou têm curativos, sondas, que são necessários profissionais da saúde e equipamentos de saúde. Por isso se levanta essa pauta da necessidade de ter a assistência de saúde junto nessa casa. Foi construído na Secretaria de Saúde, junto com a FASC – Fundação de Assistência Social, um projeto de sistema híbrido, que tenha tanto a área da saúde quanto a assistência social na mesma instituição. Então, o nosso secretário de saúde é a favor que essas instituições que tenham essa demanda de saúde sejam também atendidas pela

saúde. Somos coniventes com essa situação, assim como instituições de longa permanência para idosos que são grau III, que são acamados, usam sondas, medicação endovenosa, que também tenham necessidade de profissionais da saúde e equipamentos de saúde.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Como vocês, como profissionais, têm feito essa divisão orçamentária entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e Saúde? Já há uma combinação, ou isso é embrionário ainda?

SRA. CLÉSIA MICAELA ZIEMANN: Eu não sei como funciona essa parte financeira. Acaba se judicializando e a Prefeitura acaba fazendo esse pagamento, esse bloqueio de valores para pagar esse serviço de saúde, que acredito que acaba saindo muito mais caro, para o Município, arcar com essas despesas do que fazer em uma instituição especializada, com esses dois tipos de serviços.

(Manifestação fora do microfone.) (Inaudível.)

SRA. CLÉSIA MICAELA ZIEMANN: Já temos. Ainda não. Falta ainda a finalização, pelo presidente da FASC, junto com secretário de saúde, bater martelo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Primeiro, eu quero agradecer o presidente da CEDECONDH por essa pauta tão importante, principalmente a vereadora Fernanda Bart, que tem como meta também essa questão de organização da sociedade civil, que é o caso do Lar Santo Antônio e também do Santa Rita de Cássia, que cumprem um trabalho que o Município não tem pernas para chegar, se não fossem essas duas casas, provavelmente essas pessoas que estão ali sendo acolhidas, o Município não teria condições de fazê-lo. Cumprimentar também aqui os membros da CEDECONDH, a Biga, o Adeli, dizer que eu sou da CCJ, mas todos os vereadores, quando a pauta interessa, acabam

também participando de outras comissões. E a minha pergunta, que aqui pede o nosso presidente, eu gostaria de saber se o projeto de lei já está pronto. A Clésia já respondeu que está, nesse momento, na FASC, para também otimizar alguma questão de divisão de tarefas e, provavelmente, a questão que o Adeli perguntou, que é a questão orçamentária: a quem cabe o quê, quanto e para quê. Acho que é algo que se aplica hoje muito fortemente não apenas aos dois, mas também na questão de outras instituições que poderão ser beneficiadas com esse projeto de lei. Vocês entenderam? Está em formação, está em elaboração, depois ele vem para a Câmara, onde os vereadores têm que discutir, aprovar ou não. Então, da minha parte estou contemplada. A PGM, não sei como é que está, se já passou na PGM esse projeto? A PGM, seccional da saúde ou da assistência, em que tu estás? Da saúde, obrigada.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Posso emendar mais uma pergunta?

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Pode, fique à vontade.

VEREADOR ADELI SELL (PT): O atendimento também, então, já tem essa visão, pessoas com deficiência e pessoas idosas; se confirma, eu acho que aí podemos encaminhar, inclusive, melhor porque tem o problema da pessoa idosa que está acamada, necessitando desse acompanhamento de saúde. Então, eu olho para isso e vejo que a gente poderia, quem sabe, acelerar esse processo, que a gente pudesse votar aqui. Ademais também, pergunto: se, em relação à pessoa idosa, vocês têm alguma abordagem via unidade móvel, vão a condomínios ou coisas do tipo, ou se ainda não existe essa modalidade.

SRA. CLÉSIA MICAEL ZIEMANN: Ainda nosso acompanhamento é pelas Unidades Básicas de Saúde no território, porque, como é uma moradia do idoso, a gente faz aquele acompanhamento de saúde com agente comunitário de saúde e visitas médicas, na mesma rotina que se faz nos outros domicílios. Quando é um caso de internação hospitalar que teve alta com esses cuidados,

aí tem o Programa Melhor em Casa, que é uma continuidade da internação hospitalar, até o paciente ter alta e ter condições de ser acompanhado pela Unidade de Saúde de referência.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Aí as pessoas fazem as visitas tradicionais?

SRA. CLÉSIA MICAEL ZIEMANN: Tradicionais, contando que essa pessoa necessita de acompanhamento para as necessidades básicas de vida diária, que pode ser realizado por um familiar, por um cuidador ou outra rede de apoio. No momento em que há uma necessidade de profissional da saúde, aí que complica e precisa de uma assistência médica ou de enfermagem, em que entraria o sistema híbrido.

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Boa tarde a todos, sou o diretor executivo da Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia. Essa questão do híbrido é importante, a gente há muito tempo já vem falando sobre essa questão, e como a saúde está tendo esse olhar, eu acho que fortalece tudo aquilo que a gente vinha dizendo, que hoje todo acolhimento ingressa pela assistência só que ele se dá pela saúde. Todas as casas, somando hoje, Casa do Excepcional Santa Rita de Cássia e Lar Santo Antônio, que são assistência, têm 73 acolhidos, em uma especificidade muito grande e com saúde. Então esse olhar que vocês estão trazendo hoje, nos deixa mais confortáveis, porque é algo que há muito tempo a gente vem pleiteando, e é necessário para todo gestor ter esse olhar. Eu só gostaria de agradecer e espero que se dê sequência para isso.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Eu acho que nós estamos num momento ímpar aqui, a gente podia pensar já um pouco para frente; eu não sei se a Dra. Paula pode solicitar, dada essa instigação feita aqui, para a saúde dar uma olhada já no processo em curso ou se tem que esperar primeiro as secretarias dos responsáveis mandar para a Procuradoria. Se pudesse solicitar, eu acho que seria um caminho altamente salutar.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Secretaria da saúde ou da assistência?

(Manifestação fora microfone. Inaudível.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Saiu junto e ao mesmo tempo; saúde e assistência.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sim. Ainda está sendo feita uma análise mais pormenorizada na FASC, mas se a gente pudesse já ter uma análise da Procuradoria, porque quem dá a palavra final sobre a sua formatação, se a norma é constitucional, se está dentro dos critérios, principalmente porque aqui tem uma questão bem complexa que é a questão orçamentária; cada secretaria tem determinada formatação orçamentária. Já na próxima LDO, a gente vai ter que repensar nesse sistema híbrido e misto; nós temos que pensar qual é a formulação que vai entrar na LDO. Eu acho que talvez as entidades pudessem até já usar a Tribuna Popular aqui na Câmara para que outros vereadores saibam, porque senão, na primeira esquina, vai ter outro vereador preocupado, porque isso aí vai bater em todo mundo, vai vir também querer saber do que se trata. Talvez nós aqui, pela comissão, a gente possa sugerir para a Mesa Diretora uma Tribuna Popular, que vocês venham aqui, vocês podem se dividir os dois numa fala. É a minha opinião.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): O Santa Rita já veio. Vocês já vieram né? Os dois já vieram, Adeli, já estiveram aqui nas Tribunas Populares.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, presidente Alvoní. Na verdade, só registrar que essa pauta já esteve aqui na nossa comissão, é uma continuidade desse debate que foi apresentado, visto que, naquela reunião, se apontou a necessidade de uma alteração na legislação, exatamente por conta

disso, que estava por conta da assistência social, da FASC, e que se preconizava que a saúde desse conta desse tipo de conveniamento. Então na medida que a enfermeira Clésia nos traz essa informação, penso que já esteja na solução deste problema. Só queria registrar, muito a gente vem alertando, digamos, esta Casa da importância de nós termos políticas públicas voltadas para a população que está envelhecendo. Porto Alegre hoje configura como a capital com o maior índice de longevidade, portanto a capital com mais números de pessoas envelhecidas. Isso é ótimo, isso é muito bom. Que bom que nós estamos envelhecendo e não estamos partindo com a idade jovem ainda, mas a cidade precisa se preparar para isso, precisa se preparar nas mais diversas frentes, seja naquilo que a gente já fez – não é, Alvoni? –, o debate sobre as nossas ruas, as nossas calçadas, porque as pessoas perdem a sua mobilidade. Então, temos que preparar as nossas ruas, preparar as nossas calçadas, preparar para o acolhimento da saúde sim, mas não só da saúde, como da assistência social, do esporte, acolher essas pessoas, muitas delas ativas, que podem sugerir uma série de políticas públicas. Mas o que se trata hoje, especialmente por conta das duas casas aqui presentes, e a gente sabe que tem outras tantas, nós queremos sim, nós compomos esta opinião de que é preciso olhar e ter um conveniamento maior com entidades idôneas que, de verdade, consigam fazer o acolhimento e prestar um atendimento digno para essas pessoas. Era isso, Alvoni. Eu penso que a nossa reunião hoje, ela cumpre com esse objetivo a contento, porque vocês estão satisfeitos de que, sim, já está se alterando a lei – é a informação que tu nos trazes –, então, da nossa parte, a gente só tem que dizer que cumprimos com a nossa obrigação de fazer com que a Prefeitura oferecesse, de verdade, essa possibilidade. Aguardaremos que, tão logo chegue essa alteração na legislação, ela possa ser sancionada e aplicada na prática. É isso, muito obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Alguém tem mais alguma pergunta? Tem um prazo determinado, como faz? Esperamos a resposta do

presidente da FASC? Como nós poderíamos ter uma noção, mais ou menos, de prazo, de limites?

SRA. CLÉSIA MICAEL ZIEMANN: Terminamos o projeto há pouco tempo, desse sistema híbrido, e falta a apresentação e a finalização dele com o secretário de Saúde e com o presidente da FASC para assim a gente poder colocar em prática. Não tem um prazo definido.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Tu achas que é ainda este ano, daqui a um mês, daqui a uns 15 dias? Para a gente poder ter uma noção de tempo. Falta alguma conversa, precisaríamos conversar com eles, com o secretário da saúde Fernando Ritter...

SRA. CLÉSIA MICAEL ZIEMANN: Acho que um mês a dois meses, digamos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CLÉSIA MICAEL ZIEMANN: Este ano. Está finalizado o projeto híbrido, do sistema híbrido.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Presidente, eu só quero agradecer então, primeiramente, à Ver.^a Fernanda Barth, que traz esta importante pauta para a CEDECONDH, que tem todo um carinho, tem todo um olhar para a questão dos direitos humanos. E quando nós falamos em pessoas acamadas, pessoas que provavelmente só sairão das casas tanto do Santo Antônio quanto da Santa Rita quando partirem para uma outra dimensão, aí a gente está falando em qualidade de vida, estamos falando em saúde e assistência. Então parabéns minha colega de partido, do PL, a Ver.^a Fernanda Barth por trazer essa pauta tão importante. Eu já tenho também feito um trabalho com a Santa Rita de Cássia há mais tempo e agradecer ao presidente, aos membros da

CEDECONDH o acolhimento também para com a minha pessoa e parabéns pelo trabalho. Obrigada.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Jefferson.

SR. JEFFERSON DA SILVA PEREIRA: Nós só gostaríamos de agradecer, mais uma vez, em nome das duas casas, Lar Santo Antônio e Casa do Excepcional Santa Rita, por este acolhimento aqui. E deixamos aqui um documento com algumas sugestões, caso sejam necessárias, para aquilo que a gente visualiza como modelo ideal. Então, agradecemos novamente, muito obrigado por esta comissão aí.

PRESIDENTE ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Estão encerrados os trabalhos desta reunião, que foi uma proposição da Ver.^a Fernanda Barth. Deus abençoe a todos.

(Encerra-se a reunião às 14h35 min.)